

Filipe Tavares do movimento cívico “Salvar a Ilha”

Incineradora vai “impedir o cumprimento das metas da reciclagem”

O movimento cívico contra a incineração em São Miguel “Salvar a Ilha” voltou a manifestar-se contra a construção da incineradora nesta ilha, alegando que o projecto é um “crime ambiental” que irá impedir o cumprimento das metas europeia de reciclagem.

“A incineradora prevista para São Miguel é o maior crime ambiental de sempre projectado por entidades públicas para os Açores, é um erro estratégico sem precedentes que irá impedir o cumprimento das metas da reciclagem e boicotar a estratégia europeia para a Economia Circular”, refere o promotor do movimento e presidente ARTAC - Associação Regional para a Promoção e Desenvolvimento Sustentável do Turismo, Ambiente, Cultura e Saúde.

Num comunicado enviado às redacções, Filipe Tavares explica que a “a AMISM - Associação de Municípios da ilha de São Miguel e a empresa intermunicipal MUSAMI, pretendem construir uma incineradora com capacidade para queimar cerca de 77.000 toneladas de resíduos por ano, ou seja, 94% da totalidade dos resíduos urbanos produzidos na ilha de São Miguel (81.668 t/a - SRIR 2017), ignorando que 80% desses resíduos são recicláveis (65.672 t/a - SRIR 2017) e que mais de 50% dos resíduos recicláveis são orgânicos”.

O promotor do movimento recorre a dados do Serviço Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) para salientar que, em 2017, foram reciclados em São Miguel 26,5% dos resíduos urbanos recicláveis, alertando que “as



novas metas comunitárias determinam que a taxa de reciclagem seja calculada a partir do total de resíduos produzidos e não apenas dos recicláveis”.

Segundo aponta Filipe Tavares, “em 2023 será obrigatório efectuar a recolha selectiva porta a porta em todo o território, incluindo a fracção de resíduos orgânicos. Em 2025 a União Europeia obriga a que 55% da totalidade dos resíduos urbanos produzidos sejam reciclados. Em 2035, altura em que a incineradora projectada atingirá 15 anos (metade da sua idade), a meta estabelecida é 65%”. E defende, neste

sentido, que

“Apesar da Secretária Regional da Energia Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro, ter referido em sede de CAPAT [Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho] que o Governo dos Açores defende que não devem ser incinerados resíduos que podem ser reciclados e que a incineração não deverá comprometer as metas da reciclagem, o Governo dos Açores nada faz para impedir esta tragédia”, lamenta.

Para o promotor do movimento “Salvar a Ilha”, é “moralmente inaceitá-

vel que a MUSAMI e a AMISM optem por uma solução de gestão de resíduos tão danosa para o erário público, para a saúde e ambiente, quando a soma dos salários atribuídos ao director geral da MUSAMI e à funcionária da mesma empresa, que foi presidente do júri do concurso público para a construção da incineradora, seria suficiente para tratar de forma sustentável cerca de 10% dos resíduos produzidos em São Miguel durante um ano”.

Filipe Tavares conclui, afirmando que “ainda estamos a tempo de impedir este crime”.

Eurodeputada Sofia Ribeiro defende “uso sustentável” dos pesticidas

A eurodeputada social-democrata açoriana Sofia Ribeiro defendeu o uso sustentável dos pesticidas na última sessão plenária, em Estrasburgo. A deputada no Parlamento Europeu falava no debate sobre o Procedimento de Autorização da União para os Pesticidas.

Segundo Sofia Ribeiro, o PPE não embarca em “derivas populistas, estando sempre ao lado dos constituintes na defesa dos seus direitos, da melhor informação disponível e na procura das melhores soluções”.

“Muitos querem fazer passar a agricultura como o sector responsável por uma utilização menos correcta destes produtos e isto é totalmente falso”, referiu a social-democrata. Sofia Ribeiro, que é relatora do Parlamento Europeu do parecer sobre o uso sustentável dos pesticidas, explicou que, não só os pesticidas são utilizados por um largo espectro da sociedade e pelas mais variadas profissões, “como são os



agricultores os principais interessados na sua correcta utilização”.

Um estudo recente sobre a presença de resíduos de pesticidas no sector agroalimentar demonstrou que 97,2% das amostras na Europa estavam dentro dos limites legais da legislação da União Europeia, o que, segundo Sofia Ribeiro, “testemunha um sistema de produção alimentar extremamente rigoroso e o mais seguro a nível mundial”. “Por isso os cidadãos europeus podem confiar nas suas instituições, bem como nas entidades fiscalizadoras - foi isto que consegui plasmar no documento pelo qual fui responsável na Comissão da Agricultura”, acrescentou.

“Há sempre espaço para melhorar e é por isso que saúdo o aumento do financiamento, quer para a Agência Europeia para a Segurança dos Alimentos, quer para as autoridades dos Estados-Membros, de modo a que estas entidades possam desenvolver ainda melhor o seu trabalho”, acrescentou a eurodeputada social democrata açoriana.

15 novos projectos aprovados no âmbito do Competir+

Mais 15 projectos foram aprovados no âmbito do Competir+ aprovados pelo Programa Operacional dos Açores (PO Açores 2020), num valor de investimento de cerca de 10 milhões de euros, avançou o director regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade.

Segundo avançou, os projectos em causa “beneficiam de um apoio, através do sistema de incentivos, no valor aproximado de 5,3 milhões de euros”.

Ricardo Medeiros, que falava à margem de uma visita a um estabelecimento comercial, disse ainda que através destes 15 projectos de investimento, “estima-se a criação de 54 novos postos de trabalho em várias ilhas dos Açores”.

Em termos de actividades, Ricardo Medeiros adiantou que nove projectos visam empreendimentos de turismo, na área do alojamento e restauração, quatro de comércio e dois de serviços.